



Índice

- 01** Cuiabá sedia audiência pública sobre PEC da demarcação de terra indígena
- 02** Nota Conjunta de repúdio à prisão ilegal do Cacique Babau Tupinambá
- 03** Juiz determina transferência de cacique Babau para presídio em Ilhéus
- 04** Nota da CNBB sobre a viagem do índio Tupinambá ao Vaticano
- 05** Para Funai, transferir demarcação de terras para o Congresso é "retrocesso"
- 06** Tribo Mbyá-Guarani recebe área na zona Leste da Capital
- 07** Semana cultural integra visitantes e indígenas
- 08** Vereadora propõe inclusão da etnia e aldeia dos indígenas na Certidão de Nascimento e RG
- 09** Morre aos 88 anos, professor da UnB referência em línguas indígenas
- 10** Ribeirinhos desafiam o perigo na travessia do Parnaíba
- 11** Mandioca se destaca na produção quilombola
- 12** Comunidade Quilombola de Areal: resgate da cultura e tradição dos escravos
- 13** SEPMulheres apresenta políticas de gênero na Terra Indígena Kampa
- 14** MPF investiga responsabilidades da usina de Jirau com tribo Uru Eu Wau Wau
- 15** Termina hoje a 11ª Semana dos Povos Indígenas no Museu do Piauí. Participe!
- 16** Menor indígena é apreendido ao usar faca para roubar celular de vítima em Palmas



-
- 17** Centros Culturais da PBH celebram tradição indígena
 - 18** Universitários disputam jogos indígenas
 - 19** Exposição reúne objetos e imagens da cultura indígena do norte do Paraná
 - 20** Janete repudia loteamento da saúde indígena e defende o fortalecimento da Funai
 - 21** Comissão da Verdade fará segunda audiência indígena em Dourados
 - 22** Com fim da trégua neste mês, Indígenas prometem mais retomadas, "chega de enrolação", diz líder Terena
 - 23** COPAI realiza partida de futebol indígena no sábado
 - 24** Produtores rurais participam de audiência sobre demarcação de Terra Indígena
 - 25** No Agreste, homem é morto a tiros em aldeia indígena
 - 26** Índios rejeitam acordo e exigem solução para conflito em 6 dias
 - 27** Silas Zanata quer posto da CEF na Reserva Indígena
 - 28** Câmara e Senado discutem a questão indígena
 - 29** Homem é morto em reserva indígena em Pesqueira
 - 30** Antropólogos usam Google Earth para analisar tribo indígena isolada



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

Cuiabá sedia audiência pública sobre PEC da demarcação de terra indígena
SÍTIO G1, 24.04.2014

*Encontro está programado para a segunda-feira (28) na AL do Estado.
Proposta de Emenda já resultou em uma série de protestos pelo Brasil.*



A capital mato-grossense sedia na próxima segunda-feira (28) uma audiência pública da comissão especial criada na Câmara dos Deputados para avaliar a Proposta de Emenda Constitucional 215. Ela transfere do poder Executivo para o Congresso Nacional a responsabilidade na demarcação de territórios indígenas, quilombolas e unidades de conservação ambiental no Brasil.

O encontro está programado para iniciar às 8h (horário do Estado), na sede da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, reunindo representantes dos governos federal, estadual, organizações não governamentais, comunidade indígena. Os mesmos debates vão acontecer em diferentes Estados do país, conforme cronograma aprovado pela comissão especial.

Polêmica, a proposta já resultou em uma série de mobilizações e protestos no último ano pelo Brasil. De um lado os produtores rurais afirmam que ela vai trazer segurança jurídica para tanto para o agronegócio quanto para os indígenas. Do outro, indigenistas, organizações e movimentos sociais consideram que a PEC representa uma ameaça à soberania dos povos porque pode reduzir o tamanho das terras e o processo de homologação sofrer interferência política.

Apenas em Mato Grosso são 11,2 milhões de hectares de terras indígenas regularizadas de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Nas mais de 50 áreas vivem acima de 20 mil índios. Há ainda pelo menos 23 áreas sob estudo de criação.

Aguardando decisão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

Entre as que aguardam decisão sobre a ampliação está a terra Kayabi, na divisa com o Pará. O ato foi suspenso em novembro do ano passado, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), até que houvesse julgamento do mérito da ação.

A ampliação da reserva havia sido determinada por decreto presidencial de abril de 2013, o que motivou embate judicial entre os produtores rurais da região – representados pelo estado de Mato Grosso – e a União – representada por sua Advocacia-Geral (AGU).

A liminar assinada pelo ministro Luiz Fux suspendeu os efeitos do decreto presidencial que homologou a ampliação da reserva Kayabi de 117 mil hectares para mais de um milhão de hectares.



Nota Conjunta de repúdio à prisão ilegal do Cacique Babau Tupinambá
SÍTIO CIMI, 24.04.2014

Nós lideranças indígenas de Mato Grosso do Sul exigimos: libertem o Cacique Babau do povo Tupinambá! Caso contrário, iremos iniciar a retomada de nossos territórios tradicionais e abandonaremos a mesa de negociação do Governo Federal!

Repudiamos a prisão ilegal do cacique Babau Tupinambá, que após um intenso processo de criminalização, ataques ao seu povo e inúmeros atentados contra a sua vida, num ato honroso, decidiu se entregar à Polícia Federal durante audiência unificada das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, no Congresso Nacional, em Brasília (DF).

O cacique Babau representando os povos indígenas do Brasil, iria viajar para o Vaticano para encontro com o papa Francisco. Foi denunciar justamente este processo de injustiça e violência histórica que nossos povos estão submetidos. Mesma injustiça que o impediu de viajar. Repudiamos a Polícia Federal que em menos de 24 horas depois de emitir o passaporte, o suspendeu baseado em mandados de prisão criminosos e ilegais: três já arquivados em 2010 e outro da Justiça Estadual de Una, pelo qual agora Babau é levado para a carceragem. Esta atitude da Polícia Federal escandaliza mais uma vez as articulações política inescrupulosa do governo brasileiro, em não querer que a situação dos povos indígenas do Brasil seja denunciada internacionalmente.

Cacique Babau é referência da luta dos povos indígenas do Brasil e nosso companheiro de luta. Não aceitaremos essa sistemática criminalização de nossas lideranças que lutam pela recuperação dos nossos territórios tradicionais.

Diante disso viemos a público afirmar: se não libertar o cacique até o dia 28 de abril de 2014, iremos iniciar as retomadas de nossos territórios e abandonaremos as mesas de negociação instalada em Mato Grosso do Sul.

Como afirmou nossa liderança: "Tiraram nós do nosso território e agora continuamos no mesmo impasse. Estão querendo nos matar. Querendo, não, estão nos matando. Quero que este parlamento ou nos mate de uma vez ou faça alguma coisa. Daqui eu vou sair pra prisão, daqui a pouco", disse Babau ao chegar à Câmara Federal. Babau disse ainda que não irá fugir: "Não devo nada. Tupinambá não foge. Vamos até o fim".

Cacique Babau, nós estamos com você, vamos até o fim!

Conclamamos todos os povos indígenas do Brasil, organizações indígenas, nossos aliados, organizações de direitos humanos a se unir neste ato pela vida de Babau, pela recuperação de nossas terras, pela justiça de nossos povos.

Dourados, MS, 24 de abril de 2014.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

Subscrevem:

Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá

Conselho do Povo Terena

Conselho do Povo Kinikinau

Conselho do Povo Ofaié



Juiz determina transferência de cacique Babau para presídio em Ilhéus
SÍTIO CIMI, 24.04.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

Cacique Babau Tupinambá, que se apresentou à Polícia Federal (PF) nesta quinta, 24, permanecerá em Brasília, sob custódia, até a transferência ao Presídio Advogado Ariston Cardoso, em Ilhéus (BA). A determinação partiu do juiz substituto Maurício Álvares Barra, da Vara Criminal da Justiça Estadual de Una, o mesmo que no último dia 20 de fevereiro expediu mandado de prisão temporária contra a liderança indígena, com base em inquérito da Polícia Civil.

Logo após a apresentação de Babau, o delegado da PF em Ilhéus, Mário Vinicius Neves, emitiu comunicado sobre a prisão, às 15h30, ao juiz substituto, que uma hora depois respondeu com o conteúdo de sua decisão. Conforme Barra, a transferência do cacique para o presídio baiano tem como objetivo "possibilitar a instrução do inquérito policial".

Entenda o mandado de prisão: Inquérito realizado em dez dias e depoimentos sem contraditório baseiam mandado de prisão contra Tupinambá

A entrega da custódia de Babau, portanto, pode acontecer a qualquer momento, mas o mais provável é que fique para a próxima semana. "A prisão tem motivação política e tememos pela integridade física de Babau. O cacique já sofreu ataques e é ameaçado", declarou o coordenador do Programa de Defensores de Direitos Humanos da Bahia, ligado à Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, José Carvalho.

Depois de ter dois habeas corpus negados pelo Tribunal de Justiça da Bahia, a defesa do cacique aguarda a decisão de um terceiro impetrado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), na Capital Federal. O recurso já foi distribuído. Babau é acusado de chefiar um grupo de Tupinambá que teria assassinado um agricultor no último dia 20 de fevereiro. Outros oito indígenas tiveram mandados de prisão decretados, mas ainda não foram capturados.

Tais mandados de prisão do juiz substituto de Una corriam em segredo desde 20 de fevereiro e emergiram apenas com a retirada do passaporte, em Brasília, por Babau, no último dia 16, para viagem ao Vaticano, onde junto ao papa Francisco o cacique faria denúncias de violações dos direitos indígenas no Brasil. Menos de 24 horas depois da emissão do documento, quatro mandados de prisão surgiram: três arquivados desde 2010 e o outro da Justiça de Una.

Babau se entregou aos federais na manhã desta quinta, 24, durante audiência unificada das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, agendada há semanas e que trataria da questão indígena. "Não devo nada. Tupinambá não foge. Vamos até o fim", disse ao chegar no Congresso Nacional.

CONT.



Na presença da presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, da procuradora da República, Deborah Duprat, Programa de Defensores de Direitos Humanos, parlamentares e organizações indígenas, o cacique se defendeu das acusações, detalhou a violência sofrida pelos Tupinambá, o problema da morosidade da demarcação da terra indígena e pediu que as autoridades ajudem a proteger sua aldeia e seu povo.

Inquérito falho

Entre o assassinato do pequeno agricultor, no último dia 10 de fevereiro, e o mandado de prisão, no dia 20 do mesmo mês, se passaram dez dias. Ou seja, o inquérito policial que baseou a decisão da Justiça foi realizado em menos de dez dias e sem efetivo policial suficiente, ponto declarado pelo próprio juiz, em sua decisão pela prisão, como problemático.

Também, foram ouvidas testemunhas denunciadas pelo próprio cacique e investigadas pela Funai como não-indígenas que se passaram por Tupinambá para acessar benefícios. As próprias testemunhas confessam no inquérito que efetuaram a prática ilegal e ao mesmo tempo, sem provas, acusaram Babau de ser mandante de assassinatos e exigir as orelhas das vítimas. O pior: no inquérito e na decisão do juiz não há o contraditório.

Por outro lado, a delegada de Una, que coordenou o inquérito policial e recomendou a prisão, afirmou não ter encontrado Babau para prestar depoimento. Porém, o cacique esteve em Brasília três vezes, antes ou depois de iniciado o veloz inquérito policial, inclusive em companhia de agentes da Polícia Federal. Integrantes das Forças Armadas também estiveram com Babau na aldeia Serra do Padeiro.

“Eu faço parte do Programa de Defensores de Direitos Humanos do governo. Todo mundo sabe onde eu estou. Como uma delegada que está me investigando não sabe? Nunca estive foragido e tampouco fui informado disso. Acho muito estranho eu não ter sido encontrado e nem a Funai ter sido procurada”, declarou cacique Babau pouco antes de entrar na custódia da PF.



Nota da CNBB sobre a viagem do índio Tupinambá ao Vaticano

SÍTIO CIMI, 24.04.2014

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou hoje, 24, nota sobre a viagem do índio Tupinambá ao Vaticano. O texto, assinado pelo bispo auxiliar de Brasília e secretário geral da CNBB, dom Leonardo Steiner, explica que o cacique Babau Tupinambá viajaria ao Vaticano junto com o arcebispo de Aparecida (SP) e presidente da CNBB, cardeal Raymundo Damasceno Assis, para participar da missa de ação de graças pela canonização do padre José de Anchieta, que esteve presente entre o povo Tupinambá. "A representação do povo Tupinambá teria um significado especial na celebração em Roma", afirma dom Leonardo. Leia, na íntegra, a nota:

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB lamenta a impossibilidade da viagem ao Vaticano do índio Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como cacique Babau Tupinambá.

Babau foi convidado pela CNBB para participar da missa de ação de graças pela canonização do Padre José de Anchieta, celebrada hoje, 24 de abril, na Igreja de Santo Inácio de Loyola, em Roma. A missa foi presidida pelo Papa Francisco.

O índio viajaria à Itália junto com o arcebispo de Aparecida (SP) e presidente da CNBB, Cardeal Raymundo Damasceno Assis, no último dia 23. São José de Anchieta esteve entre o povo Tupinambá. O cacique Babau pretendia apresentar ao Santo Padre documentos sobre as violações dos direitos indígenas no Brasil, sobretudo com relação ao povo Tupinambá.

Com o passaporte suspenso, Babau foi impedido de viajar devido a um mandado de prisão temporária, expedido, no dia 20 de fevereiro, pelo juiz substituto da Vara Criminal de Una, na Bahia. O mandado não foi executado, tendo o cacique Babau moradia fixa.

Hoje, 24, cacique Babau participou da audiência unificada das comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em Brasília, e, em seguida, apresentou-se à Polícia Federal, em Brasília.

Esperamos que as acusações sejam investigadas de modo justo, sem mais prejuízos ao povo Tupinambá, que sofre com a questão da regularização das terras no sul do Bahia.

A representação do povo Tupinambá teria um significado especial na celebração em Roma.

Leonardo Ulrich Steiner
Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário Geral da CNBB



Para Funai, transferir demarcação de terras para o Congresso é "retrocesso"

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 24.04.2014

A presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, disse hoje (24) na Câmara dos Deputados que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional, é "inconstitucional, descabida", além de representar um "retrocesso do ponto de vista da demarcação de terras".

Em debate na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Assirati ressaltou que apesar de a Constituição Federal assegurar um conjunto de direito dos povos indígenas, a discussão sobre a aplicação desses instrumentos legais tem servido como arma contra os próprios índios.

"O que está colocado é uma disputa em torno das normas infraconstitucionais e o Congresso tem um papel importante nisso. A sociedade ainda carece de informação para compreender a forma de vida dos povos indígenas: onde eles estão, onde vivem, as principais demandas. Existe uma carência de informação e de formação sobre isso", disse a presidente da Funai.

Maria Augusta Assirati reclamou da falta de estrutura do órgão que, segundo ela, não faz concurso público desde 1988. "O nosso quadro de servidores está imensamente defasado e isso precisa ser revisto."



Tribo Mbyá-Guarani recebe área na zona Leste da Capital

SÍTIO JORNAL DO COMÉRCIO, 24.04.2014

Propriedade de 15 hectares na Lomba do Pinheiro abrigará 33 famílias

Isabella Sander

A prefeitura de Porto Alegre concedeu ontem à tribo Mbyá-Guarani o registro definitivo de doação de 15 hectares de terras no bairro Lomba do Pinheiro, na zona Leste da cidade. O documento foi entregue pelo prefeito José Fortunati ao cacique José Cirilo Pires Morinico. A área, que será de uso exclusivo da nação indígena, se somará a dez hectares na mesma região que já abrigavam as 33 famílias há cerca de 20 anos. A cerimônia foi parte das comemorações da Semana dos Povos Indígenas de 2014 e contou com a apresentação de canto e dança das crianças do clã, no idioma tupi-guarani.

Segundo o cacique Cirilo, por enquanto, sete das 33 famílias estão saindo da área de dez hectares e ocupando a de 15. "Pedimos a ampliação há seis meses, para ter mais espaço para as crianças brincarem, para podermos ensiná-las a fazer lanças e para ficarmos mais perto da nascente, e agora conseguimos", comemora. O investimento em desapropriações foi de R\$ 520 mil. A nascente de um açude, localizada dentro do terreno, é vista pelos índios como moradia das divindades, além de ser utilizada para pescaria.

O líder da tribo elogiou a política pública do atual governo, que já havia cedido outras duas áreas para nações indígenas porto-alegrenses. "Já temos uma escola de Ensino Fundamental e estamos acertando para ter também de Ensino Médio. Não temos como agradecer", diz o cacique. A criação da escola de Ensino Médio depende da Secretaria Estadual da Educação (Seduc) e está sendo discutida entre município e Estado.

Para o secretário municipal de Direitos Humanos, Luciano Marcantônio, a doação da área é um resgate da natureza. "O índio e a natureza crescem de forma compartilhada, porque o índio protege a natureza. Esse é um gesto muito importante como homenagem à vida", afirma.

Conforme Fortunati, a destinação das terras para os índios é importante principalmente por seu simbolismo. "As nações indígenas sofreram com a ação de vários povos. Elas foram dizimadas, foram perdendo terreno, sendo retiradas de seus lugares de origem. Essa é uma forma de pedir perdão."

O projeto de construções necessárias na área para a população está sendo discutido entre a prefeitura e a tribo.



Semana cultural integra visitantes e indígenas

SÍTIO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ, 24.04.2014

A parceria entre a Escola Estadual Indígena Araju Porã, da terra indígena Tekoha Itamarã, e o Colégio Estadual Indígena Kuaa Mbo'e, pertencente à terra indígena Tekoha Añetete, ambas em Diamante do Oeste, rendeu a realização da Semana Cultural Indígena. O evento é uma oportunidade para professores e alunos conhecerem um pouco mais sobre os costumes, religiosidade e modo de viver dos índios guaranis.

A cada ano a semana é realizada em uma aldeia. A anfitriã, dessa vez, foi a terra indígena Tekoha Itamarã. O evento, que está na sua 8ª edição, foi criado para divulgar a cultura indígena da região e socializar aspectos da religiosidade, da dança, da música, do artesanato e o cotidiano. "Os não indígenas podem conhecer de perto a realidade de uma aldeia, o valor da educação para as crianças e o tipo de ensino que a escola indígena oferece", explicou o presidente dos caciques no Oeste do Paraná, Teodoro Tupã Alves.

Alves também é professor de Língua Guarani na escola e responsável por acompanhar as políticas públicas das lideranças indígenas da região, que abrange Diamante do Oeste, Guaíra, Terra Roxa, São Miguel do Iguçu.

Cerca de 2 mil pessoas visitaram a terra indígena e conheceram um pouco sobre a escola indígena com uma exposição etnofotográfica sobre a comunidade, fotos do dia a dia da aldeia e da escola, além de exposição de trabalhos desenvolvidos pelas crianças. "A escola indígena é bilíngue e intercultural, o que possibilita que as crianças que não são indígenas possam conhecer e tirar as suas próprias conclusões sobre as comunidades indígenas", disse o diretor da escola, Mauro Dietrich.

O contato com a cultura indígena também ajuda a desconstruir alguns preconceitos e visões errôneas que a sociedade ainda possui sobre os povos indígenas, além de apresentar a força da cultura guarani, mantida através da literatura oral e da religiosidade. "Muitos povos, depois de 50, 60 anos de contato com o não índio, já perderam sua língua e suas tradições. O povo guarani foi um dos primeiros a ter contato com os exploradores, e é importante destacar a força desse povo, que ainda preserva suas raízes", pontuou o diretor.

Houve ainda momentos de vivência e integração cultural com pintura corporal, apresentações culturais e da vivência na casa de reza - onde cerca de oito rezadores (xamoés), que são as lideranças religiosas das comunidades, apresentavam sobre a religiosidade e sobre o modo de ser guarani.

O encontro serviu para a aprendizagem dos alunos. "A forma de falar, de se vestir e até mesmo a música é bem diferente da nossa cultura. Eu gostei de tudo: dos trabalhos feitos pelos alunos indígenas das duas escolas, das pinturas, imagens, artesanatos e das apresentações culturais", relatou a estudante Fernanda Maria Tischner Duarte, do 7º ano do ensino fundamental da Escola Estadual do Campo São Francisco, em Santa Helena.

CONT.



A professora de História Andreia Zaparte, que acompanhou os alunos na visita, destacou que conhecer uma cultura, na sua essência, faz uma diferença para o ensino dos alunos. "É muito importante para professores e para alunos esse contato com os povos. Após isso, podemos fazer a relação entre teoria e prática e ver o quão profunda é esta cultura, muito além do que é passado nos livros". Segundo a professora, algumas questões que surgiram durante a viagem ainda fazem referência ao período da chegada dos portugueses ao Brasil. "Agora eles conseguem fazer essa diferenciação, pois tiveram contato com os indígenas atuais. A visita foi importante para aprofundar o conhecimento", garantiu.

VISITA - O cacique e líderes da Aldeia Indígena Tekoá Itamarã também fizeram uma visita, no começo de abril, ao Colégio Estadual Frentino Sackser, em Marechal Cândido Rondon, a convite da professora de história Sônia Augusta de Moraes. O encontro fez parte da programação da Semana Cultural Indígena e também vem ao encontro da Lei 11.645 de 2008 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos escolares. "Geralmente o aluno vai para a aldeia, mas o índio não vem para a escola não indígena", apontou a professora ao falar da importância de trazer a cultura indígena para o ensino.

Com o respeito à diversidade, quem mais ganhou com a visita foram os alunos. "É importante o conteúdo em sala, mas a palestra, a dança, a música e a interação são boas formas de absorção e compreensão", lembrou o diretor do colégio, Leocir Lang.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

Vereadora propõe inclusão da etnia e aldeia dos indígenas na Certidão de Nascimento e RG

SÍTIO RONDA DO MAS, 24.04.2014

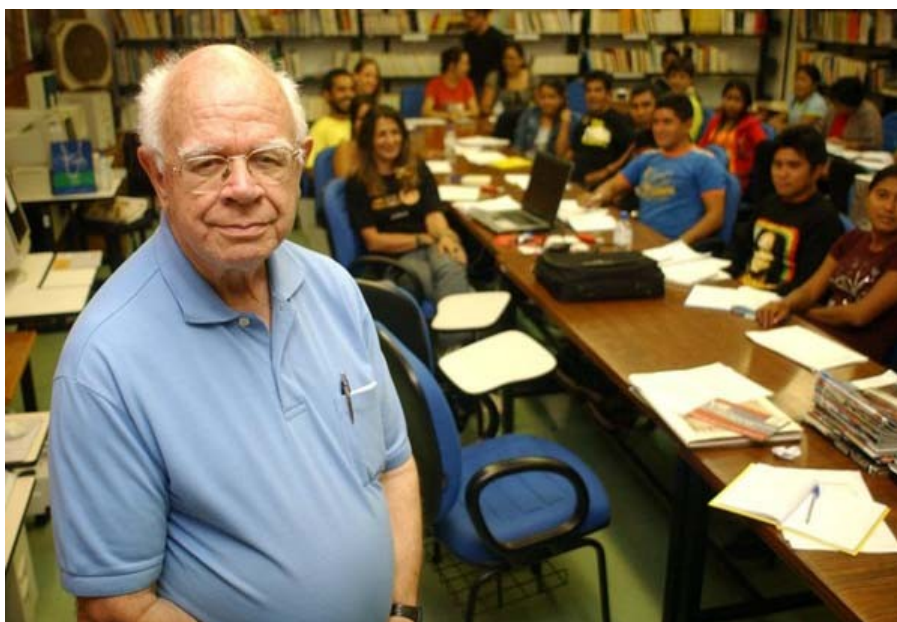
A vereadora de Campo Grande Luiza Ribeiro (PPS) e lideranças indígenas realizam no próximo sábado (26) reunião pública para discutir a documentação dos indígenas que vivem em Campo Grande. Em especial a inclusão da etnia e do nome das aldeias na certidão de nascimento e carteira de identidade.

“Estamos propondo uma discussão entre a comunidade indígena de nossa cidade e também com os órgãos e instituições governamentais e não governamentais sobre a aplicação prática das regras que garantem a efetiva identificação dos indígenas por suas etnias e aldeias de origem na Certidão de Nascimento e na Identidade - RG, proporcionando a efetivação de direitos como determina a Resolução Conjunta da CNJ e MPF n. 03 de 19 de abril de 2012 e Lei Federal 6.015/73”, explicou a vereadora.

Morre aos 88 anos, professor da UnB referência em línguas indígenas

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 25.04.2014

Aryon Dall'Igna Rodrigues fundou o Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras (Laic)



Aryon dedicou a vida às minorias linguísticas formadas pelas diversas etnias indígenas do Brasil

O professor Aryon Dall'Igna Rodrigues da Universidade de Brasília (UnB) morreu no fim da tarde dessa quinta-feira (24/3). Fundador do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras (Laic), Aryon dedicou a vida às minorias linguísticas formadas pelas diversas etnias indígenas do Brasil e à documentação e revitalização dessas línguas.

O velório de Aryon ocorrerá na tarde desta quinta-feira (24/4) das 14h às 18h na Capela I do Cemitério Campo da Boa Esperança. O corpo será cremado nesta sexta-feira (26/4) no Cemitério Jardim Metropolitano, em Valparaíso de Goiás das 11h às 11h30.

Natural de Curitiba, Aryon entrou na UnB em 1962 a convite de Darcy Ribeiro. Em entrevista ao Correio em setembro de 2012, o professor falou sobre a sua trajetória. "Eu fui um dos cientistas que vieram para começar a discutir a criação da universidade, no começo dos anos 1960. Nessa época, eu já tinha voltado do meu doutorado na Alemanha e era professor de linguística e de etnografia do Brasil na Universidade Federal do Paraná", disse. Em 1996,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

recebeu no fim de outubro a maior honraria acadêmica da instituição de ensino, o título de doutor honoris causa.

Em nota, o Laic lamentou a morte do professor, que segundo o instituto, deixa um grande legado à Linguística brasileira e internacional e, em especial, à sociedade brasileira. "Expressamos à família do Professor Aryon Rodrigues as nossas condolências, e ao Professor o nosso agradecimento, reconhecimento e homenagem. Sua contribuição e sua memória estarão sempre vivas entre nós", diz.

Ribeirinhos desafiam o perigo na travessia do Parnaíba

SÍTIO 180 GRAUS, 25.04.2014

Ribeirinhos do lado maranhense desafiam o perigo no dia a dia, durante travessia no Rio Parnaíba. As embarcações não oferecem coletes salva vidas e estão sempre lotadas, crianças dividem espaços até com motos durante a travessia. Um grande fluxo de pessoas do Maranhão vem a União todos os dias em busca dos mais variados serviços: educação, saúde, bancos, loterias e ao próprio comércio. A travessia nas pequenas embarcações é uma atividade bastante rentável na região, mas as pessoas não têm o hábito de usar os coletes salva vidas, os proprietários de algumas embarcações até oferecem o assessorio de segurança, mas os passageiros sempre se negam a usar. Preferem desafiar o perigo durante a travessia que dura cerca de 10 minutos.



Edição: F.Marques

Repórter: Francisco Marques

Publicado Por: Francisco Marques



Mandioca se destaca na produção quilombola

SÍTIO UNIVERSO AGRO, 25.04.2014

No Brasil, 753 mil propriedades voltadas à agricultura familiar produzem 9 bilhões de toneladas de mandioca em uma área de 1,4 milhão hectares

MDA

O Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou, nesta quinta-feira (24), que a agricultura familiar é responsável por 83,16% de toda a produção de mandioca brasileira. Os dados, extraídos do mais recente censo agropecuário do IBGE, apontam que, atualmente, no Brasil, 753 mil propriedades voltadas à agricultura familiar produzem 9 bilhões de toneladas de mandioca em uma área de 1,4 milhão hectares (ha).

A importância da mandioca na agricultura familiar vai além da alimentação. Para as comunidades quilombolas, por exemplo, a produção e o processamento dessa raiz é cultural. De acordo com o coordenador para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, “é uma cultura muito presente, não dá para falar de comunidades quilombolas sem associar com a cultura da mandioca”.

Um desses produtores é Osiel Torquato da Silva. Ele faz parte da Comunidade Quilombola Isabel, localizada no município de Bom Conselho, a cerca de 400 km de Recife (PE).

Silva explica como cultiva o produto. “A mandioca é produzida por meio da maniva. A gente corta, faz uma cova e planta essa maniva. Depois, cobrimos com terra e molhamos com água. Quando a planta brota, a gente limpa. E quanto mais a gente cuida, mais a mandioca cresce e se fortalece”, diz.

Além de plantar o alimento, o agricultor produz, ainda, farinha e puba que são utilizadas em bolos e biscoitos. “A mandioca pode ser utilizada de várias formas e é o sustento da minha família”, conta.

Osiel Torquato lembra que a mandioca produzida nos quilombos também é utilizada para a comercialização em mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que leva alimentos para a mesa de outras famílias por meio de restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

Safra 2014

Atualmente, a área plantada com mandioca no Brasil é de 2,1 milhões de hectares. Isso corresponde a aproximadamente 2 milhões de campos de futebol.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

Para 2014, a previsão da safra de mandioca é superior a 23 milhões de toneladas. A projeção é do IBGE, que não separa a agricultura familiar da não familiar nas previsões de produção anual.

AIAF

A agricultura familiar tem se destacado a cada ano no Brasil e no mundo. A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

O objetivo do AIAF/CI é aumentar a visibilidade da agricultura familiar, para a criação de políticas públicas diferenciadas para o setor, por meio de ampla participação dos movimentos sociais do campo.

O ano internacional também visa conscientizar as populações sobre o papel fundamental da agricultura familiar na garantia da segurança alimentar e nutricional, melhora dos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas rurais.

O Governo Federal tem ações eficientes para o desenvolvimento da agricultura familiar que vão desde o crédito para financiamento até canais de comercialização dos produtos, como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae).



Comunidade Quilombola de Areal: resgate da cultura e tradição dos escravos
SÍTIO A SERRA, 25.04.2014

A escravidão no Brasil surgiu no século XIV. Com a escassez da mão de obra indígena, os portugueses decidiram trazer homens e mulheres da África para trabalharem nas plantações de cana de açúcar na Bahia. Com a expansão da agricultura e o desenvolvimento da colônia, os negros foram enviados a diversas partes do país, inclusive para locais com minas de ouro, a partir do século XVIII. Eles eram tratados da pior forma possível, na maioria dos casos, pois além de exercerem as tarefas mais difíceis, as condições de vida eram degradantes: alimentação precária, eram obrigados a dormir na senzala e sofriam castigos físicos diariamente.

Não bastando apenas o sofrimento infligido ao serem tornados em escravos, os negros foram retirados de seu país de origem, suas cidades e tribos e comercializados, ou seja, vendidos como uma mercadoria qualquer no mundo todo, sendo humilhados e privados de direitos básicos, principalmente a liberdade. Muitos morriam durante a viagem nos navios negreiros devido às péssimas condições destes. Eles também eram proibidos de praticarem a religião e cultura africanas. Muitos as praticavam escondidos e várias vezes acabavam punidos por tentarem expressar sua fé e tradição.

Os escravos se revoltaram e lutaram por muito tempo pela liberdade e contra essa situação injusta e desumana. Muitos fugiam e se escondiam em quilombos (local fortificado, no meio da mata, onde podiam viver em comunidade de acordo com sua cultura). Todo esse processo resultou, em 1888, na libertação dos escravos, com a criação da Lei Áurea. Porém, durante a abolição, nenhuma ação para integrar o negro a sociedade da época foi realizada. Muitos permaneceram nas fazendas, trabalhando, pois não tinham como se sustentar. E o resultado foi a exclusão econômica e social e a discriminação racial, que persistiram até o século XX.

Um ponto importante da história a ser destacado é que muitos quilombos continuaram em atividade mesmo após a abolição da escravatura. Eles deram origem às atuais comunidades quilombolas (quilombos remanescentes). De acordo com a Fundação Palmares, existem mais de mil desses quilombos remanescentes em todo o país, a maioria localiza-se nas regiões Norte e Nordeste. Os integrantes das comunidades possuem fortes laços com a cultura e tradição africanas e procuram mantê-las através de práticas religiosas, trabalho na terra, entre outros.

A criação dessas comunidades quilombolas é amparada por lei. O Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, regulamentou em todo território nacional os procedimentos para identificação, delimitação, reconhecimento e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas. Esse decreto transferiu para o Incra (Instituto das Comunidades de Colonização e Reforma Agrária) a função de delimitar as terras das comunidades quilombolas remanescentes. E o que muitos não sabem é que há uma comunidade dessa no município de Areal.

CONT.



Nome escolhido para representá-la não poderia ser melhor: Comunidade Boa Esperança. Reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, na Certidão de Autodefinição, de 07 de fevereiro de 2013, a luta para tornar a comunidade remanescente oficial e legal começou há alguns anos. Uma área de quilombo não pode ser vendida, não podem construídos condomínios e empreendimentos. Ou seja, a terra pertence somente às famílias remanescentes, passando de geração em geração. Isso é um direito garantido pela Constituição através da Lei n.º 7.668 22 de agosto de 1988, aos remanescentes de quilombos ocupam e utilizam a terra.

A história do surgimento da comunidade quilombola de Areal começa quando o fazendeiro Domingo Pereira da Costa, em 1888, no ano da abolição, doou suas terras para seus escravos. Na época, 15 famílias tomaram posse e formaram a comunidade quilombola. Eles trabalhavam nas plantações do fazendeiro e após a libertação muitos deram continuidade ao cultivo de café, cana, milho, para sobreviverem. Outros venderam a parte de terreno recebido em troca de comida. Os que permaneceram ali se desenvolveram e criaram seus filhos passando para as gerações futuras seus conhecimentos e tradições.

O bisavô de Celso da Cruz Fonseca, atual representante da comunidade quilombola Boa Esperança, Joaquim Fonseca, que era escravo, criou o filho na comunidade e saía dali apenas para comprar no armazém da região produtos como querosene, sabão e sal, pois os moradores vivam apenas daquilo que plantavam. "Criavam porcos e galinhas e armazenavam a carne em barris com banha e sal. Dessa forma podiam consumi-la aos poucos, durando até um mês. E dessa forma iam vivendo", conta Celso. A quarta geração da família Fonseca vive ainda da terra, assim como os descendentes de outros escravos. "Nós plantamos tomate e eu faço rapadura de mamão no tacho de cobre para vender".

Além do costume de viver da terra, os moradores da comunidade realizam festas tradicionais, como a do Maracujá, que acontece no mês de maio, na qual tudo é feito da fruta. Licores, geleias, tortas, batidas, doces da casca, entre outros. "Temos a festa da rapadura também, feita no dia da Nossa Senhora da Conceição. Costumamos celebrar outras datas comemorativas ligadas a alguns santos, sempre fazendo comidas típicas, reunindo a comunidade em volta de uma grande fogueira, com foguetório no final", conta Celso.

Celso conta ainda que o jogo tradicional da época dos escravos, ali na região, era o "jogo de pau". "Todos andavam com um porrete feito de madeira e qualquer problema era resolvido com ele. Havia inclusive um treinamento feito para desenvolver a habilidade para o jogo. Quando um compadre encontrava outro, antes mesmo de dar 'bom dia', começava o jogo e tinham que desviar dos golpes ou defendê-los, era uma forma de ver se o compadre estava esperto e servia ainda de treinamento. Meu pai chegou, quando criança, a andar com um porrete pequeno, mas não passou isso adiante. Mas meu avô era craque nisso."

Poucas tradições permaneceram entre as famílias da comunidade. "Existe apenas uma senhora que sabe um cântico, sem ser no idioma original, em um ritmo parecido com o da capoeira, porém mais lento. Ela aprendeu com os irmãos", conta Celso. Mas a família Fonseca luta para manter as memórias e as tradições que ficaram da época dos escravos. É possível ainda encontrar na região os instrumentos de trabalho originais usados na fazenda e que ficaram para suas famílias. O pai de Celso restaurou alguns e construiu outros, iguais aos que foram

CONT.



usados por Joaquim Fonseca, visando manter a história do lugar, passando-a para filhos e netos.

Célia Barbosa Fonseca conta que a avó, Donária Maria Barbosa, também lutou para manter essas memórias e principalmente pela educação da geração futura. Durante anos e depois de várias promessas feitas em campanhas eleitorais, décadas depois, foi construída a Escola Municipal Donária Maria Barbosa, que recebeu esse nome em homenagem a senhora que tanto brigou para que houvesse uma instituição de ensino onde as crianças da comunidade pudessem ser educadas.

Quando perguntando sobre a importância da criação da comunidade quilombola, Celso diz que esse é um passo fundamental, pois é uma forma de resgatar a cultura do seu povo e de lembrar também tudo o que passaram durante a escravidão. "Nós não sofremos nada, nós temos que dar valor aos que temos sem esquecer o sofrimento dos nossos antepassados, que muitas vezes eram agredidos fisicamente, até sangrarem... era desumano".

Solange Barbosa Fonseca revela que esse direito à terra é o mínimo que poderia ser dado aos escravos depois de tudo que passaram, todo sofrimento e todo o trabalho que realizaram e que foi fundamental para o desenvolvimento da colônia. "Principalmente depois da abolição, quando muitos ficaram sem amparo, sofrendo ainda mais e sem poder voltar para sua terra de origem". Para Celso, isso é pouco depois de centenas de anos de escravidão, essa "indenização" não corresponde ao trabalho realizado pelos escravos.

Fonte: Entre-Rios Jornal

SEPMulheres apresenta políticas de gênero na Terra Indígena Kampa

SÍTIO CORREIO DA AMAZÔNIA, 25.04.2014

Com o intuito de promover as políticas públicas de gênero nas localidades mais longínquas, a titular da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPMulheres), Concita Maia, visitou na semana passada a aldeia Apiwtxa, localizada na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia. O território faz parte da regional do Alto Juruá e também é habitado pelo povo Ashaninka.



Concita Maia reuniu-se com as indígenas para levantar demandas e propor ações de gênero (Foto: SEPMulheres)

O objetivo da visita foi apresentar à comunidade os programas de governo, além de conhecer a realidade local e as dificuldades que os ashaninkas enfrentam em seu dia a dia. Na ocasião, Concita Maia reuniu-se com as mulheres indígenas para levantar demandas e propor ações de gênero dentro da aldeia.

Como desdobramento da roda de conversa, surgiu a proposta de construção de um Centro de Apoio à Saúde Indígena, espaço destinado ao atendimento ginecológico e os mais diversos tratamentos alternativos da floresta. A ideia agrega ainda o cultivo de um viveiro de plantas medicinais, com uma vasta diversidade de espécies.

Segundo a liderança indígena, Dora Piyãko, a proposta do Centro de Apoio é um desejo antigo de toda a comunidade Ashaninka. "Já faz um tempo que sonhamos com esse espaço, mas ainda não tínhamos conseguido apoio para realizar. Fico feliz por essa primeira conversa com o governo e receber manifestação de apoio para executar o projeto", afirmou.

Ao término da reunião, a secretária apresentou a campanha estadual "Violência Contra a Mulher, Basta!". "Trabalhamos em parceria com as mulheres. Não impomos programas, nós levantamos demandas e promovemos ações em cima disso. Por isso, viemos conversar com as Ashaninkas para que, juntas, possamos construir um Acre de oportunidades para os povos indígenas", ressaltou Maia.



MPF investiga responsabilidades da usina de Jirau com tribo Uru Eu Wau Wau
SÍTIO RONDÔNIA VIP, 25.04.2014

De acordo com o MPF, o motivo da ação é que as terras indígenas Karipuna, Ribeirão, Lage, Pakaa-Nova, Karitiana e Uru Eu Wau Wau estão na área de impacto da usina hidrelétrica de Jirau, conforme Estudos de Impactos Ambiental apresentados. Também foi considerado que Jirau exerce pressões sobre grupos indígenas e seus territórios, onde foi reconhecido o estado de vulnerabilidade destes, frente ao aproveitamento energético.

Recentemente, o Ministério Público Federal, por meio do procurador da República em Ji-Paraná, Henrique Felber Heck, instaurou um inquérito civil público para averiguar a execução, nas aldeias da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, das medidas compensatórias da Energia Sustentável do Brasil (ESBr) em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, próxima ao distrito de Jacy-Paraná.

Também foi levada em conta as diversas reclamações relacionadas à demora na execução das medidas compensatórias pela construção da usina hidrelétrica de Jirau, apresentadas por indígenas das aldeias Alto Jamari, Jamari, 623, 621, Alto Jaru, Nova e Trincheira, localizadas na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, registradas no Relatório 001/2014 GAB/HFH.

Diante dos fatos, serão tomadas diversas medidas, entre elas, o envio de ofício à Coordenação Geral de Licenciamento da Funai, especificamente à servidora Rosane Silva que cuida dos empreendimentos de Rondônia, para que apresente o Termo de Compromisso, o Projeto Básico Ambiental (PBA) e relatório sintético e atualizado sobre o histórico da compensação decorrente das obras da UHE de Jirau quanto às aldeias Jupaú e Amondawa bem como sobre as fases do projeto, preferencialmente em meio digital. O prazo dado será de 15 dias, a contar do recebimento do documento.



Termina hoje a 11ª Semana dos Povos Indígenas no Museu do Piauí. Participe!
SÍTIO 180 GRAUS, 25.04.2014

O museu do Piauí termina hoje a 11ª Semana dos Povos Indígenas. A programação iniciou na manhã de quarta-feira (23). O evento tem o objetivo de permitir que os índios piauienses tenham mais visibilidade, bem como apresentar as suas reivindicações.

Estiveram presentes à solenidade representantes da etnia Tabajaras, de Piripiri, Piauí, e Poranga, no Ceará; Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural do Piauí (Fundac), estudantes e professores.

Para Dora Medeiros, diretora do Museu do Piauí, a semana tem o intuito de homenagear o índio piauiense. "Temos o intuito de comemorar e homenagear ao índio, além de permitir que estes tenham oportunidade de mostrar elementos da sua cultura, além de dar visibilidade às suas necessidades", comenta.

Para o cacique José Guilherme, presidente da Associação Itacoatiara, eventos como esse são de suma importância. "Essa iniciativa é muito boa, pois contribui para a valorização das nossas raízes", analisa.

Professores e alunos aprovam a iniciativa. Para o professor de História Sérgio Monteiro, essa é a oportunidade dos alunos terem contato com um conteúdo que já foi abordado em sala de aula. "Nas escolas, apesar de trabalharmos a cultura indígena, por exemplo, nós não temos contato com o concreto e essa é uma oportunidade de sentir a cultura desse povo de perto", afirma.

A estudante Joice Cristina, 12 anos, conta que essa foi uma experiência muito gratificante. "Essa é a primeira vez que eu venho ao museu e estou gostando muito, pois estou conhecendo um pouco mais da cultura indígena", disse.

Fonte: com informações da ASCOM

Publicado Por: Ricardo Caetano



Menor indígena é apreendido ao usar faca para roubar celular de vítima em Palmas
SÍTIO T1 NOTÍCIAS, 25.04.2014

O menor indígena Xerente foi apreendido acusado de roubar o celular de uma vítima após ameaça-la com uma faca. Ele entrou em ônibus público e foi seguido pela PM...

Autor: Ascom/PM

A Polícia Militar apreendeu na quinta-feira, 24, na Avenida NS 01, Quadra 203 norte, em Palmas, um menor indígena de origem Xerente, acusado de roubar o celular de uma vítima após ameaça-la com uma faca. Um familiar da vítima testemunhou o fato e observou que o menor correu para uma estação de ônibus e conseguiu pegar o transporte público. A testemunha então anotou a placa do ônibus e acionou a PM.

Um fonte que preferiu não se identificar, afirmou que esta é a 11ª vez que o menor indígena vai preso.

Uma equipe de radiopatrulha da PM, juntamente com a testemunha, seguiu o trajeto do ônibus e conseguiu apreender o jovem e o celular roubado. O menor foi encaminhado à Delegacia de Polícia Civil, sendo posteriormente conduzido ao CASE - Centro de Atendimento Socioeducativo. O menor já é conhecido da Polícia pela prática de outros delitos.

Civil

Centros Culturais da PBH celebram tradição indígena

SÍTIO PORTAL PBH, 25.04.2014



Em comemoração ao mês do Índio, o Centro Cultural Lagoa do Nado recebe, neste sábado, dia 26, a visita de 12 integrantes da tribo Pataxó, de Carmésia-MG, que vão apresentar ao público um pouco de seus hábitos culturais e o modo de vida na tribo. Os índios trarão uma mostra de seu artesanato, farão demonstrações de pintura corporal e danças tradicionais, e participarão de uma roda de conversa.

No mesmo dia, está em cartaz a exposição de fotografias “Awêry Taputari”, que significa “Obrigada, Família”, na língua Pataxó. De autoria da fotógrafa Priscila Bartolomeu, o título é um agradecimento ao acolhimento recebido por ela durante a sua estada em aldeias indígenas. As imagens registradas em diversas tribos brasileiras permitem o contato dos visitantes com expressões da arte, beleza e tradição da vida desses povos. A entrada é gratuita.

Dia 26, sábado, 9h às 17h

Centro Cultural Lagoa do Nado

Rua Ministro Hermenegildo de Barros, 904, Itapoã

Mais informações e agendamento de grupos: 3277-7420 / 7321

Na segunda-feira, dia 28, às 9h30, o Centro Cultural Salgado Filho apresenta palestra da antropóloga Amanda Hortam, que abordará aspectos contemporâneos da questão indígena, como território e as relações com os não-índios. O que é o índio no imaginário da sociedade brasileira? Qual é a realidade dos povos indígenas do Brasil? Estes e outros pontos serão tratados pela pesquisadora. A entrada é gratuita.

Dia 28, segunda – feira, às 9h30

Centro Cultural Salgado Filho

Rua Nova Ponte, 22, Salgado Filho

Mais informações: 3277 – 9625



Universitários disputam jogos indígenas

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 18.11.2013

Começa nesta sexta-feira (25), e segue até domingo (27), os Jogos Universitários Indígenas de Roraima 2014. O evento, promovido pela Federação Universitária de Esportes de Roraima (Fuer), em parceria com o Exército Brasileiro, será no 7º Batalhão de Infantaria de Selva (7º BIS).

Ao todo, a edição deste ano terá a participação de 130 universitários indígenas, sendo 49 da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e 10 da Faculdade Roraimense de Ensino Superior (Fares).

Além disso, os jogos contarão com 26 atletas da Universidade de Brasília (UNB), 20 da Base Aérea de Boa Vista e 15 do Exército Brasileiro, que participarão como convidados. Entre as modalidades em disputa, estão: arco e flecha, corrida de tora, queda de corpo, cabo de guerra e futebol.

O evento terá início hoje, a partir das 19 horas, com a cerimônia de abertura. Às 20h30, é a vez da prova da corrida de tora. No sábado, às 9 horas, tem a prova de queda de corpo.

Ainda no sábado, das 9h às 17 horas, tem os jogos de futebol. A final da modalidade será no domingo, a partir das 9 horas. Depois, às 11h30, é a vez da prova de cabo de guerra. Às 12h30, a competição termina, com a cerimônia de encerramento.

“O Exército é parceiro da FUER desde a primeira edição dos jogos e percebemos que o evento vem crescendo a cada ano em função da procura. Sem falar que é um momento que podemos abrir as portas do quartel e interagir com toda a comunidade”, disse o tenente-coronel Mercês, comandante do 7º BIS.

“Estamos com tudo pronto para realizar mais uma edição dos Jogos Universitários Indígenas, que busca valorizar essa cultura forte e que é uma peculiaridade do Estado de Roraima. Convidamos toda a população para prestigiar o evento e conhecer um pouco mais sobre a cultura e o esporte indígena”, disse a presidente da Fuer, Elaine Morellato.

Ela ainda destacou que entidade conta este ano com uma equipe de voluntários formada por 60 pessoas, estudantes de Educação Física da Universidade Estadual de Roraima (Uerr) e do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFRR). Além disso, a Federação possui ainda uma equipe de fisioterapeutas que também estará atuando no evento.



Exposição reúne objetos e imagens da cultura indígena do norte do Paraná
SÍTIO BONDE, 25.04.2014

A exposição "Povos Indígenas do Norte do Paraná", aberta na última quinta-feira (24/04), no Museu do Bispado Dom Ernesto de Paula, de Jacarezinho, dará a conhecer um pouco mais dos primeiros habitantes do Estado do Paraná e da cultura desses povos em seus diversos aspectos. A mostra passa pela história dos povos Xeta, Caingangue e Guarani que ocuparam e ainda ocupam espaços territoriais nessa região. A exposição acontece até dia 12 de maio.

Por meio dos objetos selecionados para a mostra é possível conhecer um pouco do cotidiano dos indígenas. A exposição conta com suportes diversos como painéis que mostram um pouco da cultura desses povos e seus modos de vida, além de objetos da cultura material cotidiana como arcos e flechas, cestos, varas, bolsas e uma cabana construída, no local, pelo índio Adriano da Silva, descendente dos Xetas e aluno do curso de História da UENP.

A professora do colegiado de História da UENP, Janete Leiko Tanno, salienta que a exposição é uma oportunidade de todos conhecerem um pouco mais dos povos indígenas e seus descendentes que ainda habitam a região do norte do Paraná. "Conhecer a história desses povos indígenas serve ainda como apoio para questionar a ideia do vazio demográfico dos discursos oficiais, que justificou a quase dizimação dos primeiros habitantes dessa região, por meio das invasões e posse de suas terras e destruição das matas realizadas pelos 'pioneiros', pelos 'desbravadores' e pelas Companhias de Terra, que exploraram a região desde o século XIX, já que o que será observado na Exposição são alguns resquícios da riqueza cultural desses povos, ainda não completamente destruídos".

A exposição é uma realização do Centro de Documentação e Pesquisa da UENP (CEDHIS-UENP) e do Grupo de Pesquisa: Preservação dos bens culturais: História, Memória, Identidade e Educação Patrimonial, do colegiado de História da Universidade. O horário de visitação é de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h; e das 14h às 17h. Agendamentos para visitas monitoradas devem ser realizadas pelo telefone (43) 3525-1678. Escolas da rede municipal, estadual e particular de Jacarezinho e região estão convidadas a visitar a exposição, além do museu permanente no local.

Janete repudia loteamento da saúde indígena e defende o fortalecimento da Funai
SÍTIO MZ PORTAL, 25.04.2014



As Comissões de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal se reuniram nesta quinta-feira, 24, para debater as demarcações de terras indígenas e as proposições legislativas para fragilizar os direitos dos povos originários brasileiros, como a Proposta de Emenda (PEC) 215/2000, o PLP 227/2012, o Projeto de Lei 1610/1996. Essas proposições querem impedir a demarcação de novas terras indígenas e abrir as existentes para atividades econômicas como a mineração e até o agronegócio "financiado com recursos públicos para fazerem avançar a fronteira agrícola", protestou a deputada Janete Capiberibe (PSB/AP).

Depois de ouvir os convidados, os parlamentares decidiram atuar juntos para mediar negociações sobre situações de crise mais agudas.

"Propusemos uma mesa de discussão para avaliar os casos de demarcações mais adiantados, definir o orçamento para as desapropriações das áreas ocupadas de boa-fé e agilizar os processos, de modo a antecipar-se a um agravamento dos conflitos", anunciou o deputado Assis do Couto (PT-PR), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM.

O senador Wellington Dias (PT-PI), representando a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, alertou para a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas aos indígenas dentro do governo, diante do previsível agravamento

CONT.



do ambiente de conflito. "Os povos indígenas não querem apenas ser vistos como curiosidade no Dia do Índio, querem acesso aos direitos e aos bens da vida moderna como qualquer outro cidadão merece. Se não for nesse governo, vai ser quando?", questionou.

Compromisso

Janete Capiberibe reafirmou seu compromisso com a defesa dos povos indígenas, em igualdade com os demais cidadãos brasileiros. "É muito grande a ofensiva anti-indígena nesta Casa. Eu me coloco à disposição do senhor e do seu povo", afirmou, dirigindo-se ao cacique Tupinambá Babau, ameaçado de prisão por conta das mobilizações para desintrusão das suas terras, que se entregou à Polícia Federal à tarde. "Tenho conhecimento do genocídio que vem acontecendo no nosso País. Deixo reafirmado meu compromisso com os povos indígenas e os direitos da população indígena consignados na Constituição. Lutaremos até à morte", afirmou.

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, deputado Padre Ton (PT-RO), anunciou que será redigida uma carta de compromisso com os direitos indígenas para que seja assumida pelos candidatos às eleições de outubro.

O representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, Paulino Montejo, cobrou o princípio constitucional de não haver retrocesso nos direitos dos povos originários. Ele apontou a PEC 215, que retira do Poder Executivo o processo de demarcação de territórios, como a principal ameaça a esse princípio constitucional.

O secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, Cleber César Buzatto, defendeu uma mobilização permanente dos parlamentares defensores dos direitos humanos contra as ofensivas conservadoras para retirar direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Loteamento

A deputada Janete disse que lhe incomoda a situação de interinidade da presidência da Funai e reivindicou o fortalecimento do órgão. "A ausência de concursos públicos, o enfraquecimento desta instituição que vem sendo desmontada e o enfraquecimento das populações indígenas no nosso País é incompatível com o discurso anti-indigenista cada vez mais forte dentro desta Casa".

Por outro lado, Janete denunciou o loteamento dos cargos da saúde indígena, que no Amapá é quota do PMDB, e que, de acordo com ela, resulta em desvio de recursos "que coincidem com o período das eleições".

Segundo a parlamentar, o golpe militar que trouxe o atraso para a sociedade brasileira fez com que não acontecessem duas reformas – a agrária e a política – "e faz com que a composição desta Casa atual seja profundamente desigual com a maioria da população do nosso país", para destacar que a maciça representação dos ruralistas e a ausência de parlamentares indígenas.

Janete destacou, como exemplos positivos, a demarcação das Terras Indígenas no Amapá e a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

alfabetização no seu idioma como fundamentais para garantir que existam como povos "que protegem a floresta e as águas e dela tiram o seu sustento, como verdadeira agricultura familiar".

Participaram, ainda, a subprocuradora-geral da República, Débora Duprat, a presidenta da Fundação Nacional do Índio - Funai, Maria Augusta Assirati, e o assessor Fernando Antonio dos Santos, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República.



Comissão da Verdade fará segunda audiência indígena em Dourados

SÍTIO CIDADES MS, 25.04.2014

Hoje e amanhã, dias 25 e 26 de abril, acontece a segunda edição da Sessão de Audiência da Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de dar voz às etnias indígenas sobre casos de violação de seus direitos. O evento será dividido em dois dias, tendo programação das 7h30 às 18 horas, nesta sexta-feira, e das 8 às 16h30, no sábado, no cineauditório da Unidade 1 da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados).

Desta vez falarão representantes dos povos Guarani Ñandeva, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié e Guató de Mato Grosso do Sul. A Comissão Nacional da verdade, criada pela Lei 12.528/2011, tem por fim examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período entre 1946 e 1988, para efetivar o direito à memória e à verdade histórica.

Durante as sessões, as comunidades indígenas apresentarão casos de violações de direitos que culminaram na expulsão de seus territórios de ocupação tradicional, processo em que houve o ativo e comprovado envolvimento de agentes públicos e privados, fornecendo subsídios documentais para que a sociedade brasileira entenda a presente situação fundiária dos índios no estado e as relações sociais destes com o entorno.

O encontro, realizado pela UFGD em parceria com Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, UEMS, UFMS, Fundação Nacional do Índio e Fórum de Trabalho Decente e Estudos sobre Tráfico de Pessoas também conta com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ará Verá, Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho Indígena Terena, Conselho Indigenista Missionário, Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco, Movimento dos Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, Associação dos Docentes da UFGD, Instituto de Direitos Humanos de MS, Tribunal Popular da Terra, Labhei, FAP/MS, Comitê Memória, Verdade e Justiça de MS, Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados, Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da OAB/MS e Vídeo nas Aldeias. O evento é aberto a toda a comunidade.



Com fim da trégua neste mês, Indígenas prometem mais retomadas, “chega de enrolação”, diz líder Terena
SÍTIO NOTICIDADE, 25.04.2014

Índios de diversas etnias estão prontos para continuar a retomada das terras tradicionalmente indígenas em Mato Grosso do Sul. A trégua com proprietários rurais a pedido do Governo Federal acaba em 30 de abril.

“A União pediu para gente esperar até 30 de junho, mas aí vem a Copa e depois as eleições, ou seja, não vão resolver nada, só vão enrolar”, criticou o Lindomar Terena. Segundo o líder, os indígenas decidiram por antecipar o prazo, para pressionar uma decisão urgente.

“Vamos continuar as retomadas por Sidrolândia, Aquidauana e Miranda”, revelou. O Governo Federal ficou de decidir o quanto irá pagar de indenização a proprietários rurais que tiveram terras ocupadas pelos indígenas.

Em uma primeira proposta foi oferecido o valor pela terra nua, fato que não foi aceito pelos proprietários, que pedem que seja incluso no valor as benfeitorias. Os fazendeiros ficaram de apresentar uma contraproposta dos valores até junho, com auxílio de técnicos do Governo do Estado.

Ao todo, 31 terras na região entre Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti serão as primeiras indenizadas. Estas propriedades foram ocupadas no ano passado por índios Terena que decidiram por ampliar a Aldeia Buriti, antes em dois hectares, agora com 17 hectares, já produzindo para o sustento dos índios.

Rallph Barbosa - Noticidade



COPAI realiza partida de futebol indígena no sábado

SÍTIO BBC NEWS, 25.04.2014

A programação da V Semana do Índio da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), conta com a partida de futebol indígena, que acontece no sábado (26). O jogo será realizado na quadra de areia do Parque das Nações Indígenas às 9h.

A Semana é realizada pela Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) e tem como tema este ano "A Importância do Esporte na Manutenção da Cultura e dos Costumes dos Povos Indígenas". A abertura do evento é nesta quinta-feira (24) e segue até dia 26 de abril, em Campo Grande.

Os palestrantes no dia 25, sexta-feira, serão os idealizadores dos Jogos Indígenas no País, os irmãos Marcos Terena e Carlos Terena, que falam sobre a criação dos jogos no Brasil e os jogos mundiais. Criado em 1996, a competição já reuniu mais de 150 povos indígenas brasileiros disputando modalidades como arco e flecha, cabo de guerra, canoagem e corrida com tora. Na V Semana do Índio, o futebol foi o esporte escolhido como temática em 2014 em alusão à Copa do Mundo.

Para Sâmia Roges Jordy Barbieri, presidente da Copai, o esporte é uma forma de celebrar as tradições. "O objetivo é que o encontro destaque a importância dessa cultura e que o esporte fortaleça a valorização dos povos indígenas", disse.

O evento também terá palestras, danças, feira de artesanato e culinária indígena. Confira a programação:

24/abril

18h30 – abertura

18h45 – palestra "O índio na história" - Neimar Machado de Sousa (doutor em História, professor da UFGD)

25/abril

18h30 – palestra "O esporte como reconhecimento da cultura e tradição dos povos indígenas: a criação dos Jogos Indígenas no Brasil e os Jogos Indígenas Mundiais" - Marcos Terena e Carlos Terena (fundadores dos Jogos Indígenas)

19h30 – palestra "A violência à mulher indígena" - Ana Lara de Castro (promotora)

26/abril

9h – Celebração do encerramento da Semana com partida de futebol indígena

Feira de Artesanato

Dança Indígena

Culinária Indígena

10h30 – Exposição do filme Xingu



Produtores rurais participam de audiência sobre demarcação de Terra Indígena
SÍTIO RURAL CENTRO, 25.04.2014

Será realizada em Cuiabá, na próxima segunda-feira (28) a partir das 8 horas, uma audiência pública para debater a PEC 215, que trata da transferência da competência para demarcação de Terra Indígena (TI) para o Congresso Nacional. O encontro irá reunir representantes indígenas, produtores rurais, lideranças do segmento do agronegócio e da sociedade civil e políticos para analisar as mudanças sugeridas pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC).

Atualmente, a demarcação de Terra Indígena é de competência da Funai, do Ministério da Justiça e da Presidência da República e a proposta sugere que o Congresso Nacional passe a ser responsável por novas demarcações e também pela possibilidade a revisão de TI já demarcada. Em Mato Grosso há mais de 50 áreas demarcadas como TI e mais 23 em processo de avaliação.

O superintendente da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Luciano Vacari, defende a democratização no processo de demarcação de terras. "Atualmente os relatórios são feitos por profissionais, mas não passam por uma avaliação da sociedade. Então, enquanto representante da sociedade, o Congresso deveria ser o avalista dos projetos de demarcação".

Entre as áreas que estão aguardando a decisão da Justiça para serem ampliadas, está a Terra Indígena Kaiaby, na região do município de Apiacás (a 950 km da Capital). De acordo com sugestão da Funai, a TI deverá aumentada de 127 mil hectares para 1.053.000 hectares entre Mato Grosso e o Pará, o que implicaria na retirada de 350 famílias mato-grossenses de suas propriedades.

O diretor do Sindicato Rural de Alta Floresta e produtor rural em Apiacás, Moisés Prado, chama a atenção dos produtores para participar da audiência pública. "Se queremos que a Justiça seja feita e nos garanta o direito de trabalhar e produzir em nosso país, temos que saber o que está em discussão, quais são as leis que regem nossa sociedade e como podemos melhorar a Constituição". Segundo Prado, Apiacás perderia uma área de 480.000 ha e 350 famílias perderiam suas propriedades compradas e pagas ao Estado. "Não ganhamos e nem grilamos essas terras, temos escrituras a mais de 60 anos", reforça.

Estão previstas as apresentações de produtores rurais de Apiacás, Brasnorte, de indígenas, antropólogos, entre outras lideranças que representam todos os segmentos envolvidos. A audiência está prevista para ocorrer entre as 8 e 14 horas do dia 28 de abril, no auditório da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá.

Municípios que possuem áreas em processo de estudo, delimitação ou declaração de Terra Indígena:

Água Boa, Apiacás, Barão de Melgaço, Brasnorte, Campinápolis, Campos de Júlio, Canarana,
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

Cocalinho, Colniza, Diamantino, Gaúcha do Norte, Juara, Luciara, Marcelândia, Nova Canaã do Norte, Nova Lacerda, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Paranatinga, Poconé, Rondolândia, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, Santo Antônio do Leste, São Félix do Araguaia, São Félix do Xingu, Tabaporã, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Rica.



Boletim de Notícias - Edição nº 73/ 2014

Brasília, 25 de abril de 2014.

No Agreste, homem é morto a tiros em aldeia indígena

SÍTIO NE 10, 25.04.2014

No final da noite dessa quinta-feira (24), a aldeia indígena Maçaranduba, em Pesqueira, no Agreste de Pernambuco, foi surpreendida pela violência. Um homem de 40 anos foi assassinado com um tiro na cabeça.

De acordo com a polícia, Evandro Ferreira de Oliveira estava no local quando foi atingido pelo disparo. O autor do disparo, bem como a motivação do homicídio, ainda são desconhecidos.

A Polícia Civil vai investigar o caso e o corpo da vítima foi levado ao Instituto de Medicina Legal (IML), em Caruaru, na mesma região.

Com informações de Alexsandro Soares, da TV Jornal Caruaru



Índios rejeitam acordo e exigem solução para conflito em 6 dias

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 25.04.2014

O impasse envolvendo a Reserva Indígena Buriti, área de 15 mil hectares palco de conflito entre produtores rurais e índios em Sidrolândia, está previsto para terminar em junho. Essa é a data consenso entre ruralistas e representantes do Ministério da Justiça, mas, para os indígenas, o acordo nunca existiu e a data limite para a resolução do impasse é 30 de abril.

O suposto acordo entre os ruralistas, Governo do Estado e o assessor do Ministério, Marcelo Veiga, ocorreu no final de fevereiro, quando o representante veio de Brasília a Campo Grande para acertar o cronograma de ações. Na época, o acordo era de que até 6 de junho todas as 31 fazendas seriam compradas pela União.

No entanto, dois meses se passaram e para os índios o prazo final para resolver os trâmites é 30 de abril e se nada acontecer novas ocupações de áreas serão registradas no Estado.

"Nós nunca aceitamos esse acordo. Na última conversa com o representante do ministro, nós dizemos que nosso prazo é 30 de abril e que se nada acontecer nós vamos fazer retomadas. Os caciques já estão conversando e estamos acertando tudo", explica Lindomar Terena, líder indígena.

E ao que tudo indica, o prazo dos índios irá terminar, a morte de Oziel Gabriel, ocorrida em 30 de maio do ano passado, irá completar um ano e o problema não será resolvido. Tudo porque há divergências entre a avaliação das terras feita pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Funai (Fundação Nacional do Índio) e o que os produtores acreditam.

Na proposta apresentada pelo Ministério da Justiça, a região vale R\$ 78 milhões, já um levantamento paralelo feito por uma empresa contratada pelos ruralistas o valor das 15 mil hectares é R\$ 130 milhões.

Na última terça-feira (22), produtores do Estado foram até Brasília apresentar uma prévia do laudo e contestar mais uma vez o valor oferecido pelo Ministério. Os produtores também querem mais detalhes sobre a forma de pagamento da indenização, dinheiro ou TDA (Título da Dívida Agrária).

Fonte: 94fm.



Silas Zanata quer posto da CEF na Reserva Indígena

SÍTIO O PROGRESSO, 25.04.2014

Local poderia abrigar também a prestação de outros serviços, diz Silas

Com a finalidade de oferecer mais comodidade aos moradores da Reserva Indígena de Dourados, incluindo as aldeias Jaguapiru, Bororó e Panambizinho, que são beneficiárias de programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família (que contempla duas mil quatrocentos famílias) e outros que recebem benefícios da Previdência Social (aposentadorias, auxílio-doença e outros), o vereador Silas Zanata (PV) solicitou ao superintendente em MS da Caixa Econômica Federal, Paulo Antunes, providências no sentido de disponibilizar um posto avançado de atendimento na localidade indígena ou formalizar convênio com alguma casa lotérica para que essas famílias façam o saque dos benefícios na própria Reserva.

O local, ainda segundo o vereador do PV, poderia abrigar também a prestação de outros serviços, como pagamentos de energia elétrica, telefone e boletos diversos.

“A Reserva possui mais de 15 mil moradores. É praticamente uma extensão do perímetro urbano, e a ausência deste tipo de serviço nesta localidade obriga os moradores a se deslocarem, provocando gastos e desperdício de tempo, além de favorecer as ações de criminosos, que facilmente acompanham a movimentação dos que necessitam utilizar serviços bancários em outros locais da cidade”, destacou Silas.

Para o vereador, a instalação de uma casa lotérica ou Posto de Atendimento para pagamento, recebimento e saque traria mais comodidade aos moradores das áreas da reserva indígena que precisam efetuar essas modalidades de transações bancárias.

“Além de garantir comodidade aos moradores das aldeias, a medida daria a tranquilidade de realizar a movimentação em segurança”, enfatiza o vereador Silas Zanata.



Câmara e Senado discutem a questão indígena

SÍTIO SENADO FEDERAL, 25.04.2014

A Comissão de Direitos Humanos do Senado foi representada por Wellington Dias (PT-PI) em audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre demarcação de terras indígenas e conflitos agrários. O senador defendeu a gestão dos órgãos indigenistas pelos próprios índios. No encontro, também esteve presente o cacique Rosivaldo Ferreira Babau Tupinambá, que pediu apoio da CDH após ter prisão preventiva decretada por suposto envolvimento na morte de um agricultor familiar em conflito na Bahia. Wellington sugeriu o acionamento da Justiça para acompanhar a situação da prisão de Babau.

Na opinião do secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, o mandado foi encomendado por fazendeiros para assassinar o líder indígena na prisão. O cacique é protegido pelo Programa de Defensores dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. "Nossa preocupação é com a vida do cacique. Há relatos de que, em cidades da Bahia, colocaram fogo em casas de indígenas", afirmou Buzatto.

Para o representante da Associação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib), Paulino Montejo, é preciso fortalecer a Fundação Nacional do Índio (Funai) contra o enfraquecimento que colabora para a violação de direitos dos povos. Ele aponta que os mais de 100 projetos para retirada de direitos dos povos indígenas em tramitação no Congresso retratam o interesse econômico que envolve a questão.



Homem é morto em reserva indígena em Pesqueira

SÍTIO JC ON LINE, 25.04.2014

A polícia suspeita que José Evandro Ferreira de Oliveira, de 41 anos, foi vítima de disparos de arma de fogo. Não há informações sobre a autoria e motivação do crime

Um homem foi encontrado morto na madrugada desta sexta-feira (25) em uma reserva indígena, na cidade de Pesqueira, no Agreste pernambucano. A polícia suspeita que José Evandro Ferreira de Oliveira, de 41 anos, foi vítima de disparos de arma de fogo. Não há informações sobre a autoria e motivação do crime.

A família contou que ontem, José Evandro havia saído para trabalhar, como de costume, mas não retornou na hora prevista. Preocupados, eles acionaram a polícia e já encontraram José morto na Aldeia Maçaranduba.

A Polícia Civil vai investigar o caso e o corpo da vítima foi levado ao Instituto de Medicina Legal (IML), em Caruaru, na mesma região. Este já é o terceiro homicídio ocorrido no mês de abril em Pesqueira. No ano, a cidade já registrou 12 assassinatos.



Antropólogos usam Google Earth para analisar tribo indígena isolada

SÍTIO BOL, 25.04.2014

Antropólogos norte-americanos usaram o Google Earth para estudar uma tribo indígena isolada, situada na divisa entre Brasil e Peru. "A vigilância remota é o único método de rastrear de forma segura sociedades indígenas isoladas, além de oferecer informação que pode aumentar suas chances de sobrevivência", diz um resumo do estudo divulgado pela Universidade do Missouri.

O monitoramento – que utiliza imagens registradas em 2006 - foi feito em parceria entre Rob Walker, professor assistente de antropologia do Colégio de Artes e Ciência da Universidade do Missouri, e Marcus Hamilton, professor assistente de antropologia da Universidade do Novo México. Esse levantamento, chamado "Sociedades da Amazônia à beira da extinção", foi publicado no "Jornal Americano de Biologia Humana".

Apesar de o título mencionar a Amazônia, o material de divulgação não especifica se a tribo fica no Acre ou Amazonas. Uma foto divulgada pelo governo brasileiro e associada à pesquisa mostra índios do Acre, sem especificar se eles pertencem à aldeia monitorada.

Os antropólogos usaram essas imagens estáticas do Google Earth para analisar a área onde a tribo fica localizada, além do tamanho do grupo – o nome da tribo não foi divulgado. Os dados foram usados em um comparativo com outras 71 comunidades indígenas do Brasil.

"Descobrimos que a população estimada não passa de 40 pessoas. Uma vila pequena e isolada como esta enfrenta uma ameaça iminente de extinção. No entanto, o contato forçado com o mundo exterior não é aconselhado, sendo mais apropriada uma forma não invasiva de monitorar a tribo", afirmou Walker.

Ele sugere que um programa de vigilância remota via satélite pode tirar fotos periódicas do grupo, para ajudar a rastrear os movimentos e "saúde demográfica" da população sem atrapalhar suas vidas. Seria possível, por exemplo, visualizar os padrões de migração e desenvolver políticas para atenuar o desmatamento e mineração ilegal nas áreas ocupadas. Segundo Walker, há aproximadamente cem grupos isolados na Amazônia.

O Google Earth tem atualizações periódicas das imagens, mas esse período fica a critério da empresa de tecnologia.